

TEXTO 2

Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS ESTADUAIS/MUNICIPAIS

TEXTO DE APOIO

As deliberações do 30º Congresso colocaram como tarefa para o Setor a busca de maior articulação entre as Seções Sindicais e o ANDES-SN e a realização do debate sobre formas de unificação do movimento nos diferentes Estados e Municípios. Nessa perspectiva, a defesa do modelo de Universidade Pública com autonomia, gestão democrática, financiamento público, contratação por concurso público, melhores condições de trabalho e a luta pela ampliação de ações, em conjunto com os técnico-administrativos e o movimento estudantil, deu-se por meio de fóruns nos diferentes estados.

Essas diretrizes devem permear a pauta política nas diferentes IEES/IMES durante as campanhas salariais 2011 e as negociações com os governos.

Neste primeiro semestre, ocorreram mobilizações por pautas específicas nos Estados e Municípios, que culminaram, por um lado, em conquistas e, por outro, na realização de greves contra governos intransigentes, que não avançam na negociação efetiva das reivindicações e, em muitos casos, tentam inviabilizar a implantação do modelo de universidade pública defendido pelo ANDES-SN.

A Associação dos Professores Universitários de Gurupi (APUG), que representa os professores da Fundação Municipal UNIRG, de Tocantins, sinalizava, desde o movimento de 2010, a necessidade de reajuste salarial. No final do ano passado foi firmado um acordo, que não foi cumprido a partir de janeiro deste ano. Dessa forma, o movimento deflagrou greve em fevereiro de 2011, tendo como pauta: reajuste salarial de 7,5%, previsto nas Leis Municipais 1.755/2008 e 1.774/2008, a partir de janeiro de 2011 e a nomeação do presidente eleito para o cargo da presidência da fundação UNIRG.

O ano de 2011 iniciou com os professores na Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) em greve, desde o dia 6 de dezembro de 2010. Entre todas as reivindicações, os professores exigiam reajuste de 22% do salário-base do corpo docente, retroativo à data do que foi concedido à parte técnico-administrativa do quadro permanente, tornando isonômico este quadro, como está previsto no Plano de Cargos e Vencimentos. Essa foi a segunda paralisação por tempo indeterminado realizada no ano de 2010. A última durou 39 dias, de agosto a setembro, e só foi encerrada com a promessa do governo estadual de negociar com a categoria após as eleições, que ocorreram em outubro, não havendo acordo, os docentes retomaram a paralisação.

Após um período de manifestações, atos públicos e audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, os professores conseguiram negociar com o governo a reposição dos 22% de reajuste de forma escalonada. Frente a essa vitória parcial do movimento, os professores da UENF decidiram pela suspensão do movimento de greve a partir do dia 04 de abril de 2011, com o objetivo de permitir a reorganização do calendário escolar e a volta em tempo hábil dos estudantes para retomar suas atividades.

Os professores decidiram ainda enviar uma correspondência ao governador Sérgio Cabral enfatizando que a concessão dos 22% parcelados em 4 vezes foi insuficiente para corrigir as perdas salariais acumuladas desde janeiro de 2009. Os professores aprovaram ainda o fortalecimento do Fórum Sindical composto pelas associações de docentes da UENF, UERJ e UEZO e pelo SINTUPERJ. Também foi aprovada, nessa proposta, o convite aos Diretórios Centrais de Estudantes para que se unam aos sindicatos de professores e servidores a fim de ampliar a força do Fórum. Esta ação materializa a deliberação do Congresso do ANDES-SN da articulação dos professores em fóruns estaduais.

A greve das Universidades Estaduais da Bahia durou mais de 50 dias e teve início devido ao descumprimento, pelo governo, do acordo firmado com o movimento durante todo o ano de 2010 e início de 2011, que atendia a principal reivindicação do movimento que é a incorporação integral da gratificação CET ao salário-base, que hoje representa 70% do vencimento básico. O governo, após a negociação desta incorporação de forma escalonada, apresentou, no dia da assinatura do acordo, uma cláusula que congela salários até 2015 e apresenta o Decreto 12.583/2011, que interfere na autonomia da universidade. A deflagração do movimento, portanto, teve como objetivo a retirada da cláusula 2ª. do acordo salarial 2010, que congela os salários até 2015, e a revogação do Decreto 12.583/2011, que reduz os gastos públicos estaduais no ano de 2011.

O movimento exigiu negociações efetivas referente à retirada dessa cláusula de mordça, que impede reivindicações por melhorias salariais até 2014 e a revogação do Decreto 12.583/2011, que contingencia verbas para as Universidades Estaduais, ataca direitos garantidos no Estatuto do Magistério e fere a autonomia das universidades, além de impedir a ampliação das verbas para permanência estudantil, a ampliação do quadro docente e a resolução de pontos relativos à pauta interna, como o processo Estatuinte e a transparência orçamentária.

O movimento forte dos professores, com apoio do ANDES-SN e visibilidade na comunidade, devido à postura intransigente do governo da Bahia, radicalizou com a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e com manifestações públicas, devido a não negociação efetiva e aos professores terem sido submetidos a cortes de salário nesse período, mesmo com ganho de liminar no Tribunal de Justiça, o que mostra a força do movimento no enfrentamento da truculência do governo e da omissão das reitorias.

No Piauí, o movimento de greve na Universidade Estadual do Piauí foi deflagrado no início do mês de maio de 2011 e tem como reivindicação: reajuste salarial, aumento no piso salarial, bem como a contratação de professores e melhores condições na infraestrutura das 58 unidades (18 *Campi*, 38 Núcleos Universitários, 2 Faculdades). No início da campanha salarial, a proposta da categoria era de que o piso do professor graduado 20h fosse de R\$ 2.200,00, tendo por base o cálculo do salário-mínimo pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Os docentes do Piauí também reivindicam concurso público, com edital para 700 vagas ainda este ano. A proposta do governo de reajuste de 7,1%, que só valeria para o mês de junho, foi rejeitada pelo movimento. Por outro lado, os professores aprovaram uma contraproposta a ser apresentada ao governo, na tentativa de resolver o impasse, no que se refere à questão salarial. A categoria reivindica que seja pago, pelo menos, o piso do magistério da rede pública de educação básica (R\$ 1.187,10) para o professor 20h da UESPI com graduação. Isso mostra que o movimento está aberto à negociação e é preciso que o governo passe a negociar, efetivamente, com a comunidade uespiana.

O professor graduado da UESPI recebe apenas R\$ 900,00. Ou seja, seu salário é menor do que o piso nacional do magistério, que por sinal também é baixo. A categoria está disposta ao diálogo mas quer que o governo deixe de intransigência e passe a debater seriamente, não só a questão salarial como também a pauta geral da campanha S.O.S UESPI: de melhoria estrutural dos *campi* e unidades, concurso público, política de permanência estudantil e aumento do orçamento para a UESPI, que vive uma grave crise. Essa campanha, organizada em unidade com os técnicos, movimento estudantil e pelas manifestações públicas, sensibilizou a sociedade, ganhando seu apoio e ampliando a visibilidade do movimento nos meios de comunicação.

Os professores da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) deflagraram greve no dia 31/05/11, após negociação com o governo, que não ofereceu uma proposta concreta às reivindicações do movimento, alegando a situação financeira do estado. A greve deflagrada pela ADUERN, que atingiu os 3 segmentos: professores, funcionários técnico-administrativos e o movimento estudantil, reivindica 23,98% de reajuste, não contingenciamento dos recursos da UERN, autonomia financeira e ampliação dos recursos orçamentários da UERN.

O movimento docente das Universidades Estaduais do Ceará – UECE, URCA e UVA – está mobilizado e realizou, em 30/05/11, uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Estado, tendo como principais reivindicações: o concurso público para professor efetivo e a melhoria da infraestrutura dos *campi*. Os docentes afirmam que, desde janeiro, conversam com o secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, porém aguardam para conversar com o governador Cid Gomes.

Na UECE, por exemplo, é necessário que 300 professores sejam contratados para suprir a demanda. Na URCA, faltam 120 professores e na UVA faltam 172 docentes. No mesmo período, foram chamados professores substitutos, contratados precariamente, por período limitado e com salários diferenciados. Hoje, tais professores representam cerca de 25% do total de docentes das três universidades, o que compromete o modelo de universidade pública de Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, são solicitadas melhorias na infraestrutura dos *campi* das universidades estaduais do Ceará. Em conjunto com o movimento dos funcionários técnico-administrativos e o movimento estudantil, a categoria pede a construção de restaurante e residência universitária, para evitar a evasão escolar.

No início do mês de junho deste ano, docentes e funcionários da Universidade Estadual de Pernambuco, em conjunto com os trabalhadores do serviço público do estado, paralisaram as atividades por um dia e realizaram uma manifestação, em reação ao governo do Estado, que ainda não respondeu à pauta de reivindicações do movimento. A ADUPE, articulada com o sindicato dos servidores técnico-administrativos, o SINDUPE, apontou claramente que o movimento teve início para mostrar sua insatisfação e dizer não aos míseros 5% de reajuste oferecido pelo governo. Além disso, lutam por salários dignos, cumprimento da data-base, implementação do plano de cargos, contratação por concurso público e dedicação exclusiva. Ademais, articulado com o funcionalismo estadual, o movimento exige que haja negociação efetiva da pauta do funcionalismo público com o governo do Estado.

Os docentes da Universidade Estadual da Paraíba iniciaram sua mobilização em abril deste ano com a aprovação de paralisação das atividades em 27/04 e da deflagração da Greve em 05/05, em defesa prioritariamente da Autonomia Financeira da UEPB. Segundo avaliação dos docentes vinculados a ADUEPB, a Autonomia Financeira no momento encontrava-se ameaçada pelo não repasse do duodécimo neste ano de 2011, em conformidade com a Lei 7.643/2004 e Lei 7.945/2006. A Greve ocorreu em conjunto com os Servidores Técnico-Administrativo.

A Assembleia Geral dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba, realizada em 10 de maio de 2011, deliberou pela suspensão da greve considerando que o Ofício GG n° 234, enviado pelo Governo do Estado, reafirma o cumprimento da Lei 7.643 de 06 de agosto de 2004, que dispõe sobre Autonomia Financeira da UEPB. Imediatamente iniciou, junto à reitoria, a solicitação de uma reunião sobre as negociações relativas às questões salariais dos docentes em 2011.

O movimento docente, durante a negociação com o governo, teve por objetivo garantir a proposta de aumento e piso salarial real, bem como isonomia e paridade salarial com os aposentados. A proposta negociada foi de um reajuste de 8,5% para os professores da ativa e aposentados a partir de 1° de maio de 2011 e a perspectiva de nova negociação com mesa técnica em setembro de 2011 a fim de rediscutir o piso salarial de R\$ 3.000,00 para o docente t.40, conforme proposta da ADUEPB para este ano.

Nas Universidades Estaduais Paulistas – USP, UNESP, UNICAMP – a negociação ainda não se esgotou. Da pauta unificada, aprovada por professores, técnico-administrativos e estudantes, que compõem o Fórum das Seis, somente o reajuste salarial foi discutido pelo Conselho de Reitores. O índice reivindicado era de 15%, porém foi oferecido 8,4% de reajuste. Nesta perspectiva, o movimento continua exigindo aumento no índice reivindicado e a negociação efetiva dos demais itens da pauta do movimento.

Além do acompanhamento das mobilizações localizadas, o Setor realizou neste primeiro semestre uma reunião que discutiu o plano de lutas e sua implementação, com ênfase na organização do VII Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES do ANDES-SN (Salvador/BA, 13 a 15 de maio de 2011), do qual

participaram representantes de 22 Seções Sindicais e representação de IES convidadas. Apresentamos um conjunto de indicações deliberadas no encontro para ser estudado pela categoria e direção do ANDES-SN:

Sobre o Tema 1 – Condições de Trabalho nas IEES/IMES:

Campanha Salarial, Regime de Trabalho e Carreira

- trabalhar no sentido da construção de data-base unificada;
- estudar metodologia e referencial para uma campanha salarial unificada no setor das IEES/IMES;
- construção do piso salarial unificado da carreira docente, definindo parâmetros para sua viabilização;
- estimular a construção de fóruns estaduais e municipais entre as Seções Sindicais do ANDES, com participação de entidades estudantis, de funcionários técnico-administrativos e de outras categorias;
- atuar na perspectiva de construção da carreira única, conforme deliberação do ANDES-SN;
- aperfeiçoar a página do ANDES-SN no tocante à estruturação de informações sobre as IEES/IMES, incluindo planos de carreira, valores salariais, gratificações e outros;
- construir um grupo de discussão virtual, de acordo com a política de comunicação do ANDES-SN e vinculado à sua estrutura;
- dar visibilidade às ações do ANDES-SN nos níveis estaduais e municipais;
- construir um dia nacional de luta (15/06/2011) do setor das IEES/IMES em defesa da Universidade Pública, tendo como foco o financiamento da educação como um todo e, em especial, a educação superior;
- realizar ações junto aos legislativos estaduais no dia nacional de luta (15/06/2001), com vista a ampliar os recursos para a educação;
- incorporação das gratificações ao salário-base – “linha única no contracheque”;
- lutar pela manutenção dos direitos da categoria docente – “nenhum direito a menos”;
- defender o tempo integral com dedicação exclusiva como regime preferencial de trabalho;
- solicitar à AJN do ANDES-SN um parecer jurídico substanciado sobre o regime de DE e o direito de sua manutenção quando da aposentadoria;
- dar visibilidade, em todos os estados, à situação da Bahia e do Piauí e em outros casos que se fizerem necessários;
- solicitar ao ANDES-SN um *outdoor* em Brasília, denunciando a situação das estaduais da Bahia e da estadual do Piauí.

Sobre o Tema 2 – Autonomia das IEES/IMES: Financiamento e gestão democrática

- avaliar a conveniência de defender a criação de um fundo federal para as IEES/IMES;
- intensificar as alianças com os demais setores da sociedade na luta em defesa da universidade pública;

- ampliar a representação da categoria docente eleita diretamente pelos seus pares, respeitada a composição
- no mínimo paritária – nos órgãos colegiados;
- lutar por transparência na administração e na gestão universitária;
- lutar pela ampliação dos espaços públicos, assim como de sua gestão pública e democrática, nas universidades municipais;
- promover um estudo sobre o financiamento das IEES/IMES;
- solicitar ao DIEESE um levantamento sobre arrecadação dos estados na forma de ICMS, RLI e PIB e quanto é destinado à Educação como um todo e, em especial, para o ensino superior;
- promover estudo sobre a personalidade jurídica das IEES/IMES;
- analisar o conteúdo do PL 8035/2011 (PNE 2011-2020), combater os pontos prejudiciais à área e lutar pela destinação de 10% do PIB nacional para a educação;
- intervir nas audiências públicas, nos processos de elaboração e tramitação das peças de planejamento e orçamento do estado (PPA, LDO e LOA) e nos processos de planejamento institucional;
- lutar para que sejam criados instrumentos legais que destinem recursos públicos regulares para a educação, em particular estabelecendo subvinculação mínima de recursos públicos orçamentários para todas as IEES;
- a falta de alíneas específicas para o financiamento de atividades educacionais, nas peças de planejamento orçamentário, não deve impedir que elaborem propostas aos órgãos competentes e as tornemos públicas;
- defender a autonomia das IEES e IMES;
- denunciar amplamente os governadores e prefeitos que não cumprem a dotação orçamentária e a legislação relacionada às IEES/IMES;
- lutar para que seja implementado o orçamento participativo como forma de democratização da universidade;
- lutar para que sejam estabelecidos processos estatuintes nas IES, incluindo mecanismos democráticos de escolha de dirigentes dessas instituições;
- lutar para revogar o artigo da LDB que trata do voto proporcional;
- lutar contra a criminalização do movimento estudantil, dos funcionários técnico-administrativos e do movimento docente.

Destacamos do Encontro o indicativo de convocação, no dia 15 de junho de 2011, para um dia de luta nos Estados e Municípios em defesa da Universidade Pública, e foco mais específico na luta por mais recursos para educação e melhores condições de trabalho nas universidades.

Nesse contexto, cabe ao 56º CONAD atualizar o plano de lutas do setor, reafirmando a pauta aprovada no 30º Congresso, que continua atual, acrescido de um relato da mobilização nos diferentes estados. Fica superado o item que indicava a realização do VII Encontro, conforme já relatado.

Cabe, portanto, apenas a atualização da Planilha de Despesas, para a organização do VIII Encontro do Setor das IEES-IMES, neste segundo semestre, no Rio de Janeiro. Dessa forma, o Setor deverá organizar sua pauta para 2012, com vista a apresentar no 31º Congresso um plano de lutas cuja aprovação possa viabilizar sua concretização e, portanto, fortalecer o movimento docente nas IEES/IMES, unificando reivindicações e ações e respeitando as especificidades de cada Estado.

TR – 2

O 56º CONAD aprova:

Planilha de despesas do II Encontro Nacional das IEES/IMES – Rio de Janeiro Outubro 2011

| SEÇÃO SINDICAL | Trechos | Despesa com Deslocamento | Despesa com Hospedagem | Diárias |
|--|--------------|--------------------------|------------------------|---------|
| <i>Regional Norte 1</i> | | | | |
| SIND-UEA | MAO/RIO/MAO | 930,00 | 450,00 | 300,00 |
| <i>Regional Norte 2</i> | | | | |
| SINDUEPA | BEL/RIO/BEL | 750,00 | 450,00 | 300,00 |
| 1 convidado da UEAP | MCP/RIO/MCP | 990,00 | 450,00 | 300,00 |
| | | 770,00 | 450,00 | |
| <i>Regional Nordeste 1</i> | | | | |
| SINDSEAF | THE/RIO/THE | 770,00 | 450,00 | 300,00 |
| SINDCENTEC-JN | JDO/RIO/JDO | 770,00 | 450,00 | 300,00 |
| <i>Regional Nordeste 2</i> | | | | |
| ADESA-PE | REC/RIO/REC | 770,00 | 450,00 | 300,00 |
| 1 conv. das autarquias munic. do inter. Pernambuco | REC/RIO/REC | 770,00 | 450,00 | 300,00 |
| ADUEPB | JPA/RIO/JPA | 630,00 | 450,00 | 300,00 |
| <i>Regional Rio de Janeiro</i> | | | | |
| SESDUENF | LOCAL | 0,00 | 450,00 | 300,00 |
| ADUEZO | LOCAL | 0,00 | 450,00 | 300,00 |
| <i>Regional Nordeste 3</i> | | | | |
| ADUSC | IOS/RIO/IOS | 660,00 | 450,00 | 300,00 |
| <i>Regional Leste</i> | | | | |
| SINDUEMG | BHZ/RIO/BHZ | 430,00 | 450,00 | 300,00 |
| <i>Regional Planalto</i> | | | | |
| 1 convidado da Unitins | PMW/RIO/PMW | 840,00 | 450,00 | 300,00 |
| 1 convidado da UEG | GYN/RIO/GYN | 420,00 | 450,00 | 300,00 |
| Fecipar – TO | PMW/RIO/PMW | 840,00 | 450,00 | 300,00 |
| Fecolinas – TO | PMW/RIO/PMW | 840,00 | 450,00 | 300,00 |
| <i>Regional Sul</i> | | | | |
| 1 Convidado da UEL | LDB/RIO/LDB | 530,00 | 450,00 | 300,00 |

| | | | | |
|-----------------------------------|-------------|-----------|-----------|----------|
| Regional Rio Grande do Sul | | | | |
| 1 convidado da ADUERGS | POA/SSA/POA | 630,00 | 450,00 | 300,00 |
| | | | | |
| | | | | |
| Totais | | 13.440,00 | 10.350,00 | 5.400,00 |
| Total: 29.190,00 | | | | |

Obs.: Tarifas GOL, para o Galeão (voando ida dia 13 e volta dia 16/10/2011).